

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL**  
**CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**E HUMANAS: LICENCIATURA**

**THAISSON RODRIGUES DE CAMPOS**

**LGBT SEM TERRA:**  
UM ESTUDO A PARTIR DO COLETIVO LGBT DO MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2022**

**THAISSON RODRIGUES DE CAMPOS**

**LGBT SEM TERRA:**  
UM ESTUDO A PARTIR DO COLETIVO LGBT DO MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do título de licenciado.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Marcon

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2022**

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Campos, Thaisson Rodrigues de

LGBT SEM TERRA: UM ESTUDO A PARTIR DO COLETIVO LGBT DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). / Thaisson Rodrigues de Campos. -- 2022.  
34 f.:il.

Orientadora: Doutora Fernanda Marcon

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR, 2022.

1. Coletivo LGBT Sem Terra. 2. Diversidade sexual e de gênero. 3. MST. I. Marcon, Fernanda, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

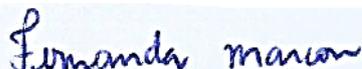
**THAISSON RODRIGUES DE CAMPOS**

**LGBT SEM TERRA:  
UM ESTUDO A PARTIR DO COLETIVO LGBT DO MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do título de licenciado.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 31/03/2022.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Marcon - UFFS

Orientadora



---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Hammel – UFFS

Avaliadora



---

Prof. Ma. Luisângela Padilha Pontarolo

Avaliadora

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão por tudo, pela oportunidade de concluir mais uma etapa da vida, gratidão aos meus pais Francisco (*in memoriam*) e Jandira, gratidão à minha família, minhas irmãs, gratidão aos amigxs verdadeirxs que me ajudaram e me deram forças. Gratidão à minha orientadora, por ter me acompanhado ao longo desse processo de aprendizado e que me apoiou muito. Gratidão também à escola Itinerante Caminhos do Saber por ter me acolhido nos estágios e trabalhos do curso. Gratidão a todxs xs professorxs que passaram neste meu processo de construção. Gratidão ao Coletivo LGBT Sem Terra. Gratidão ao MST.

Gratidão a todxs que somaram comigo diante desse processo e que mantiveram paciência, que me incentivaram a continuar. Enfim, gratidão por concluir esse trabalho.

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com a luta do Movimento LGBT a partir da constituição do Coletivo LGBT Sem Terra. Nesse sentido, analisou-se o contexto intelectual e político de conceitos como gênero e sexualidade, entendendo as especificidades históricas do Movimento LGBT. A pesquisa teve um caráter qualitativo, sendo realizadas entrevistas com integrantes do Coletivo LGBT Sem Terra no sentido de contextualizar e compreender sua construção e sua inserção no MST e na luta LGBT mais ampla, analisando seu surgimento, sua trajetória de lutas e conquistas até a organização atual a partir das experiências de militantes do movimento.

Palavras-chave: Coletivo LGBT Sem Terra. Diversidade sexual e de gênero. MST.

## **ABSTRACT**

This course conclusion work aims to analyze the articulation of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) with the struggle of the LGBT Movement from the constitution of the Coletivo LGBT Sem Terra. In this sense, the intellectual and political context of concepts such as gender and sexuality were analyzed, understanding the historical specificities of the LGBT Movement. The research had a qualitative character, being carried out interviews with members of the Coletivo LGBT Sem Terra in order to contextualize and understand its construction and its insertion in the MST and in the broader LGBT struggle, analyzing its emergence, its trajectory of struggles and achievements until the organization from the experiences of militants of the movement.

Keywords: Coletivo LGBT Sem Terra. Gender and sexual diversity. MST.

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1 - Posse do Facão, 2019.....	25
Fotografia 2 - Posse do Facão, 2019.....	25

## **LISTA DE SIGLAS**

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transsexuais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>GÊNERO E SEXUALIDADE.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>O MOVIMENTO LGBT E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).....</b>	<b>16</b>
3.1	O MOVIMENTO LGBT.....	16
3.2	O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A LUTA LGBT.....	17
<b>4</b>	<b>AS EXPERIÊNCIAS DA MILITÂNCIA NO COLETIVO LGBT SEM TERRA.....</b>	<b>20</b>
4.1	EXPERIÊNCIA DE UM HOMEM TRANS, NEGRO E SEM TERRA.....	20
4.2	SUJEITXS DO COLETIVO SEM TERRA.....	21
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....</b>	<b>29</b>
	<b>APÊNDICE B – MODELO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>31</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo dessa monografia é primeiramente discutir a diversidade sexual e de gênero a partir da apresentação de alguns conceitos do campo de estudos de gênero e suas principais contribuições para pensar a luta dxs sujeitxs<sup>1</sup> LGBT. Portanto, serão considerados os conceitos que cercam o tema, a exemplo dos conceitos de patriarcado, heterossexismo, cisgeneridade e interseccionalidade, no sentido de que contribuem para pensar xs sujeitxs participantes desta pesquisa: militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no contexto dos coletivos LGBT dentro do movimento.

O trabalho está disposto em três capítulos, sendo o primeiro deles “Gênero e sexualidade”, um capítulo dedicado ao tema central da pesquisa, isto é, a discussão em torno da diversidade sexual e de gênero e conceitos que fundamentam o campo de estudos de gênero e as lutas LGBT. No capítulo 2, um breve histórico do movimento LGBT no Brasil, articulando-o ao processo de formação e atuação do MST como um movimento que se constitui para além da luta pela terra e que nos últimos anos tem encampado outras bandeiras e perspectivas de transformação social. Finalmente, no capítulo 3, apresento as experiências de militantes LGBT Sem Terra, refletindo sobre sua relação com o MST, com a luta por direitos para a população LGBT e os desafios no alinhamento de perspectivas de gênero e de classe<sup>2</sup>.

A pesquisa foi realizada a partir de abordagem qualitativa, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica e entrevistas estruturadas aplicadas de forma *online* no segundo semestre de 2021. A partir das entrevistas e da revisão de literatura, foi possível refletir sobre os relatos de integrantes do Coletivo LGBT Sem Terra e compreender a construção deste espaço de reivindicação, ao mesmo tempo que as relações entre estes sujeitos e o MST. A partir da apresentação de um breve histórico da luta LGBT no Brasil, a conquista de direitos, enfatizando a luta LGBT Sem Terra - que é uma luta em que camponeses lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais também travam contra o capitalismo e suas formas de exploração -, este trabalho

---

<sup>1</sup> A linguagem neutra de gênero será utilizada no trabalho de modo a dar representatividade a todxs aqueles com xs quais a pesquisa dialoga. Utilizo o “x” como marcação linguística de gênero, sinalizando que se tratam de sujeitxs que não se enquadram no interior da diferenciação binária (homem ou mulher). De acordo com Roloff *et al* (2015), foi a Teoria Queer, a partir dos anos 1980, que insere o uso do x como uma possibilidade de inclusão linguística a partir da discussão de gênero

<sup>2</sup> Faço referência à sigla LGBT e não à sigla LGBTQIA+ devido ao próprio MST construir seus coletivos a partir da primeira e ainda não ter incorporado os outros termos da segunda, como “queer”, “intersexo”, “assexuado” e o sinal de “+”, que representa outras identidades de gênero que possam existir.

procurou relacionar diferentes movimentos sociais e a questão da interseccionalidade como fundamental para a compreensão das questões de gênero na contemporaneidade.

Portanto, a pesquisa abrange a questão LGBT no MST, principalmente a partir de percepções e relatos de sujeitos LGBT que ao longo do tempo se estruturaram como “Coletivo LGBT Sem Terra”. O Coletivo foi pensado para “somar na luta”, construindo pautas de igualdade de gênero, ou seja, o debate sobre a importância de se viver e lutar em um espaço livre de toda forma de opressão, homofobia, preconceito e racismo.

## 2 GÊNERO E SEXUALIDADE

A diferença sexual e a sexualidade humana é um assunto abordado por diferentes campos de estudo, desde a Psicanálise, a História, as Ciências Sociais e também as Ciências da Natureza. Com a revolução científica alavancada pela modernidade, novos discursos passaram a constituir o que entendemos como “natureza” e o que tomamos como “cultura”. A divisão sexual e as sexualidades são atravessadas por esses discursos, culminando em determinismos de diferentes ordens. Um deles diz respeito à ideia de que o sexo, sendo biologicamente informado como feminino ou masculino, está colado à sexualidade e ao gênero, entendidos como modos naturalizados de operar na vida social. Ou seja, o sexo biológico determinaria o que é ser homem, mulher, a sexualidade e os papéis sociais a serem desempenhados de acordo com essa suposta “pré-disposição natural”. As Ciências Humanas, e sobretudo os estudos de gênero, por sua vez, procuraram compreender a divisão sexual, a sexualidade e a atribuição de papéis de gênero como construções sociais, sejam elas pautadas por processos econômicos, psíquicos ou culturais. Embora a tentativa de explicar as diferenças a partir das relações sociais historicamente constituídas tenha representado um avanço político e intelectual importante, a origem da opressão de gênero segue sendo discutida, seja para refutar a ideia de um matriarcado primitivo idealizado, seja para questionar a ideia de que a história do ocidente e a emergência do capitalismo seriam as fontes fundamentais para o entendimento de todas as desigualdades sociais. Nesse sentido, a compreensão das relações de gênero passa por um entendimento sobre como historicamente foram construídos esses discursos. Assim, o conceito de interseccionalidade tenta dar conta da articulação de opressões que se sobrepuseram ao longo do tempo e se constituem de forma particular a depender do contexto sociocultural. Pretendo abordar neste capítulo algumas contribuições dos estudos feministas, procurando enfatizar os conceitos centrais para a reflexão proposta aqui.

Para Joan Scott (1989) o uso do gênero coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é determinado pelo sexo, nem pela sexualidade. O sexo está ligado a ideia de sexo biológico, na qual as pessoas que nascem com genital masculina são consideradas homens; se nascem com sexo biológico feminino são consideradas mulheres.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e

às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. (BUTLER, 2003: p.07).

Dentro da distribuição dos papéis de gênero, historicamente as mulheres foram colocadas como englobadas pelo sexo/gênero masculino, colocadas como o “segundo sexo”, de acordo com Simone de Beauvoir (1949). Nesses papéis de gênero, se caracteriza a feminilidade como essência e fardo das mulheres, a marca da opressão e da submissão.

Scott chama atenção para o processo de socialização pelo qual são construídos os estereótipos de gênero e as sexualidades: xs filhxs aprendem observando os pais e seus papéis sexuais de gênero, nos quais a menina aprende o comportamento “feminino” de mãe protetora e de fidelidade ao seu marido; por outro lado, o menino desde cedo é incentivado a uma masculinidade voltada à liberdade, força e coragem. Segundo Scott, os corpos e o prazer não são condicionados pelo sexo biológico tampouco pelas normas e papéis morais. A autora pontua que a identificação com um gênero específico e a forma como o corpo é constituído e usado para o prazer sexual se separam tanto das funções reprodutivas (e da compulsoriedade atrelada a essas funções) quanto das normas sociais. Nesse sentido, os discursos em torno da sexualidade e do gênero implicam em construções que visam a atender interesses sociais, normas e padrões.

Podemos identificar um dos modos de relação social historicamente constituído em diferentes sociedades no passado e com reflexos no presente como sendo o do patriarcado. O sistema patriarcal compreende um homem e sua família extensa, onde seu poder abarca diferentes níveis da vida social, desde a religião até a política e a vida comunitária. Esse tipo de organização social deixou de fazer parte da maioria das sociedades ocidentais. No entanto, as famílias seguem acompanhadas de uma estrutura na qual os homens (o pai e o primogênito, principalmente) seguem considerados como lugares de poder fixos, interditados às mulheres. A divisão do trabalho no patriarcalismo - colocando mulheres como responsáveis pelas atividades domésticas - no mundo contemporâneo segue imprimindo nas mulheres uma “aptidão” para as atividades de cuidado, ainda que elas tenham trabalhos assalariados e sejam as principais responsáveis pela renda familiar. No entanto, é preciso dizer que as teorias que tomam o patriarcado como um sistema universal, sem reconhecer as diferentes dinâmicas e especificidades de povos não ocidentais, acabam por reificar o gênero e perder de vista a questão da interseccionalidade.

As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, mas para os(as) historiadores(as) as suas teorias colocam alguns problemas. Primeiro, enquanto estas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Segundo, que a dominação venha na forma da apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. Toda a diferença física tem um caráter universal e imutável mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade no gênero. (SCOTT, 2002: p.10).

Isto é, o sexo biológico e as questões étnico-raciais também precisam ser questionadas quando pensamos os problemas de gênero, e mesmo o problema “das mulheres”. Ser mulher cisgênero (que se apresenta dentro de uma dualidade dos gêneros) ou de gênero fluido ou não-binário, ser pretx, ouriundx das classes populares, indígena ou transgênerx, deficiente... todas essas identificações estão ligadas a relações de poder que ultrapassam o patriarcalismo como única fonte de explicação para a opressão de gênero. Nesse sentido, estamos abordando o caráter político do gênero e suas múltiplas implicações no contemporâneo. A política constrói o gênero e o gênero constrói a política. O corpo é político. Ao avaliar isso, podemos trazer os avanços da sociedade em relação ao gênero que ocorreram com a luta de muitxs. Por não se enquadrar ao padrão, não aceitar regras sexistas, não se calar diante das opressões, não se curvar diante da injustiça e violências, muitos movimentos sociais passaram a atuar para a garantia de seus direitos, sobretudo a partir dos anos 1960.

Butler (2003) buscou enfatizar como o binarismo de gênero pode atrapalhar a análise das relações de poder implicadas na vida social e como ser homem ou ser mulher, ser heterossexual ou homossexual não se constitui de uma estrutura fixa, mas de como ao longo de nossas experiências questionamos nossos papéis e como somos representadxs.

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das "mulheres", o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação (BUTLER, 2003: p.19).

Nesse sentido, a representatividade política tornou-se um tema central para os movimentos sociais e também para os estudos de gênero, que passaram a questionar a estrutura binária e maniqueísta de compreender as identidades e as lutas sociais.

A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Talvez, paradoxalmente a idéia de “representação” só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido em parte alguma. (BUTLER, 2003: p.23-24).

A questão da representação política, portanto, é muito cara aos movimentos sociais ligados às questões de gênero, mas não apenas. Como assinalou Ridenti (2001), nas democracias o Estado acaba sendo considerado o representante legítimo do povo. Sua legitimidade repousa na intermediação de partidos políticos, que aparentam condensar a diversidade de demandas das classes sociais. Ao nível do Estado, lideranças sindicais e movimentos sociais podem intermediar essa diversidade, mas desaparecem na estrutura estatal que justamente procura desfazer a representação de classe, mistificando-a na aparência de uma conciliação de antagonismos. Sendo as representações políticas nas democracias atravessadas por essa lógica, os movimentos sociais lutam para estabelecer novas formas de representação, de base popular e contestatória e sem perder de vista as especificidades das identidades e demandas sociais. Muitos movimentos sociais, como o próprio movimento LGBT e os movimentos negros e indígenas são acusados de “identitarismo”<sup>3</sup>, como se tentassem dividir a luta por justiça social, englobada na chave da classe. No entanto, ao observar a experiência do Coletivo LGBT Sem Terra, percebemos que apesar dos enormes desafios que as lutas sociais apresentam, às organizações populares parecem lidar muito bem com a diversidade de pautas, demandas e identidades. É o que observamos no próximo capítulo, a respeito da relação do MST com as questões LGBT.

---

<sup>3</sup> “Identitarismo” é um termo pejorativo ligado à luta étnico-racial, em que as questões identitárias são vistas como menores, menos importantes, principalmente se consideradas em relação à categoria “classe”.

### **3 O MOVIMENTO LGBT E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

#### **3.1 O MOVIMENTO LGBT**

O movimento LGBT iniciou nos Estados Unidos em um bar chamado “Stonewall Inn”, muito frequentado por homossexuais nos anos 1960 e que, em 28 de junho de 1969, teve suas atividades interditadas pela polícia de Nova York. A partir desse evento, muitas reivindicações passaram a ser organizadas, levando em conta o contexto dos anos 1960 em que uma série de questões políticas também estavam tomando lugar no mundo e principalmente nos EUA.

O movimento LGBT no Brasil existe desde os anos 1970. Ao longo do tempo, o movimento deixou de ser apenas uma representação de determinadxs sujeitxs para tornar-se um produtor de reflexões sobre questões de gênero, classe, raça e sobre os processos democráticos e direitos civis de forma mais ampla. De acordo com Facchini (2003), o movimento mudou muito durante os anos que passaram tanto nos aspectos políticos como nos aspectos sociais, mas também modificou o modo de enxergar a sexualidade e a diversidade.

O movimento nasceu da necessidade de garantir direitos à população LGBT mas também da demanda de representação política, já que todos os outros direitos eram entendidos como advindos dela. Surge, então, o grupo SOMOS em 1978, com um viés de politização. São pessoas que saem do “gueto”, nome dado às boates frequentadas por homossexuais, assumindo uma identidade política militante, além da identidade sexual e de gênero. Sua ideia era debater tudo que fosse necessário para garantir os direitos do grupo.

A fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade, o SOMOS, de São Paulo, ocorreu em 1978. É importante esclarecer, desde já, que esse grupo adquiriu grande notoriedade e visibilidade do ponto de vista histórico, não só por ter sido o primeiro grupo brasileiro, por ter tido uma atuação importante, ou por ter sido uma experiência marcante na vida das centenas de pessoas que passaram por suas atividades. O fato de que MacRae e Trevisan tenham publicado materiais bastante detalhados sobre ele, documentando suas atividades e examinando seu ideário e os conflitos entre seus participantes, contribuiu para que o estilo de militância do SOMOS se tornasse um modelo, tanto para outras organizações, como para os pesquisadores do tema. (FACCHINI, 2003: p. 86-87).

No início o grupo era composto pela participação majoritariamente masculina e aos poucos foi diversificando xs membrxs. Possuía um nome provisório, chamado de “Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais”, e em 1979 começa a se chamar SOMOS pelo qual ficou conhecido na história. Nos anos 1980, em um período da história em que a epidemia da AIDS tinha uma representação na mídia ligada a “práticas homossexuais”, chamada por vezes de “peste gay”, homossexuais eram vistos como sinônimo da doença. A partir desse contexto de extrema opressão, foi necessário calibrar o movimento em outros termos, que ultrapassassem a ideia de direitos individuais e restritos, fazendo a comunidade crescer e se politizar.

A partir deste debate, também, uma polarização entre a esquerda e a autonomia das lutas das minorias passa a marcar o grupo. Essa polarização, posteriormente, seria responsável por conflitos internos, na medida em que militantes do SOMOS passaram a defender uma estratégia de transformação social que passava por uma aliança com outras minorias, movimento de trabalhadores e grupos de esquerda. (FACCHINI, 2003: p.89).

Em 1995 houve a primeira mobilização de LGBTs no Rio de Janeiro, com uma quantidade aproximada de 200 pessoas. Em São Paulo, em 1997, a primeira “Parada Gay” reuniu cerca de 2000 pessoas. Com as mobilizações aumentando, a visibilidade do movimento também aumentou, dando a ele novos contornos, como os que podemos observar contemporaneamente. É preciso se ter em mente, contudo, que se trata inclusive de movimentos no plural. Quando unifica-se a luta LGBT em suas principais características e percurso histórico, é preciso se ter em mente que as discussões em torno dos direitos da população LGBT deram origem a diferentes atuações políticas e foram refletidas também nos espaços acadêmicos, que também contribuíram para seu desenho na busca por direitos. Embora tenha crescido bastante a atuação do movimento em sua pluralidade, a representação política de pessoas LGBT segue sendo baixa. Com a não realização do Censo em 2021 e atraso em 2022, o país se encontra sem dados atualizados sobre essa população, bem como sua presença na vida social, econômica e política do país.

### 3.2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A LUTA LGBT

O MST é um movimento social brasileiro que teve origem nos anos 1980<sup>4</sup> e como bandeira, além da reforma agrária e popular, estava o desejo de formar uma militância de luta e resistência, entendendo-se em permanente construção e avançando no debate, rompendo com qualquer forma de preconceito e desigualdade.

Porém, a bandeira LGBT não se encontrava explícita dentro dos espaços da reforma agrária, mas esses sujeitos já se encontravam ali, já viviam suas vidas, sua história. As pautas relacionadas não se encontravam diante das organizações em suas diferentes instâncias, mas a luta contra as formas de preconceito sempre estiveram presente nos nossos espaços de organização. Com o tempo se tornou necessário fortalecer a visibilidade desses sujeitos.

Neste período ainda não havia um coletivo formado, ainda não se colocava a bandeira LGBT junto à bandeira do Movimento. As pautas foram sendo trazidas durante o tempo e as necessidades colocadas pelos sujeitos LGBTs. O MST foi acolhendo essas pautas com o intuito de compreender e fortalecer os vínculos dessa diversidade da militância, ao mesmo tempo que agrega conhecimento sobre a igualdade de gênero.

Além disso, o MST entende que sua luta tem uma interação com trabalhadoras não só do campo, mas também da cidade. De acordo com Ribeiro (2021), dentro desse processo foi se constituindo a identidade Sem Terra, que significa muito mais do que não possuir terra, mas estar ligada ao movimento, se identificar a partir de sua luta. Assim como analisou Ribeiro com relação aos Coletivos de Juventude dentro do movimento, ao longo do tempo o MST passou por muitas transformações e questionamentos por parte da militância, no sentido de ampliar a reflexão sobre diferentes tipos de opressões na presentes na sociedade brasileira, como o racismo, o sexismo e a homofobia. Da mesma forma, o Coletivo LGBT Sem Terra parte do movimento de sujeitos militantes que buscavam espaço para a discussão de suas condições e demandas:

*O Coletivo iniciou com ações concretas, sendo pautada pelos próprios LGBT. No ano de 2013, uma regional do MST no Estado do Ceará realizou um Seminário para debater a diversidade sexual e de gênero no MST e durante o acampamento Hugo Chávez em Brasília, o MST participa da MARCHA CONTRA A HOMOFOBIA junto com o Movimento LGBT. Ou seja, já existiam LGBT na militância com sua orientação sexual assumida e viam a*

---

<sup>4</sup> No entanto, as lutas agrárias são mais antigas e outros movimentos e sindicatos é que viriam a constituir o MST mais tarde.

*necessidade do MST avançar no debate. Em 2014, durante o VI Congresso Nacional e, dentre as/os mais de quinze mil participantes do evento, a presença LGBT foi evidenciada. Pela primeira vez tremula a bandeira colorida nas místicas em um Congresso do MST. (A.M)<sup>5</sup>*

O Coletivo LGBT Sem Terra surgiu a partir de um grupo de estudos sobre diversidade sexual que funcionou de 2015 a 2017, vinculado ao Coletivo de Mulheres até então, quando se tentava aprofundar as discussões sobre sexualidade. A partir daí observa-se a importância de um espaço de diálogo dxs militates LGBT's, visto que suas pautas e debates mereceriam atenção. Para o MST, começa uma nova discussão e novas demandas: compreender x sujeitx LGBT na luta, entender sua importância e respeitar a diversidade dentro do espaço no qual a luta é constante pela reforma agrária, tendo compreensão da dinâmica das relações de classe e a luta pela igualdade.

É necessário compreender que o Coletivo vai além de debater gênero e sexualidade, mas visa fortalecer a diversidade sexual e dar visibilidade às pessoas LGBT e trazer essxs companheirxs para a base da militância. Ao mesmo tempo, por se sentir parte da luta do MST, no qual busca-se trabalhar na terra e nela viver, realiza ações que articulam essas lutas, promovem a construção de uma identidade “LGBT Sem Terra”, transcendendo as divisões e “cercas” que dividem o povo em sua luta pela equidade. De acordo com xs militantes, o MST entende esse processo e compreende que a visibilidade dentro dos espaços é de muita importância. Entende que se faz necessário debater as questões de gênero, se inteirar dos avanços de cada processo em si, pois desde as primeiras discussões sempre foram respeitados os espaços de organização do MST. De acordo com xs militantes, foi um acúmulo de experiências até que o Coletivo pudesse se integrar totalmente nas instâncias maiores da organização do MST:

*O coletivo LGBT contribui no fortalecimento do MST, pois nós LGBT tendo o espaço de auto-organização, com formação e elaboração teórica, alimenta o MST para compreensão da sexualidade como uma dimensão humana, para além do ato sexual em si, mas compreender a totalidade humana, da liberdade, da busca de superar a exploração e opressão que andam juntas, que sustentam o sistema capitalista. A luta pela terra é importante para compartilhar as riquezas, os latifúndios, mas é preciso novas formas de produzir essa terra, de cuidar da vida, não utilizando agrotóxicos, com relações de produção sem exploração, com cooperação, mas também novas relações de gênero, que supere o machismo, o sexismo, racismo e LGBTfobia. As LGBT ensinam o MST que o assentamento deve ser espaço de toda a forma*

---

<sup>5</sup> As entrevistas foram respondidas de forma *online* e não foi realizada nenhuma revisão na escrita das respostas. Utilizo apenas as iniciais do nome dxs participantes no sentido de preservar suas identidades. Os relatos das entrevistas foram colocados em itálico para serem diferenciados das demais citações do trabalho.

*de ser, amar e viver dos seres humanos, onde possam ser verdadeiramente livres e completos. Ao aproximar a bandeira colorida da bandeira vermelha, também dá outro conteúdo para a luta LGBT que é a perspectiva de transformação, superação da sociedade de classes, mas também do patriarcado e o racismo. (A.M).*

Na união desses movimentos sociais houve uma soma de aprendizado na qual um teve início de ajudar o outro, o MST que buscava se integrar totalmente a todas as lutas embasadas na construção de um movimento que se encoraja a lutar pela igualdade de classes, buscando novos conhecimentos sem exclusão, e o Movimento LGBT que na qual os sujeitos se integram, que busca viver e amar em qualquer espaço sem LGBTfobia.

Nesse sentido, o MST abraçou com suas formas de organização a luta dxs militantes LGBTs. Estes já estavam presentes no movimento, nas ocupações, mobilizações e protestos. No entanto, ao adquirir visibilidade e ao produzir espaços de discussão sobre a temática de gênero e sexualidade, o Coletivo passou a ocupar um lugar de destaque também nos processos organizativos, na “organicidade” do MST.

## **4 AS EXPERIÊNCIAS DA MILITÂNCIA NO COLETIVO LGBT SEM TERRA**

### **4.1 EXPERIÊNCIA DE UM HOMEM TRANS, NEGRO E SEM TERRA**

Negro e Sem Terra, inicio aqui uma aventura, e na qual falar da própria história de vida se torna um ato místico. Tenho 24 anos de idade, fui acampado durante quase 9 anos na comunidade Maila Sabrina, conhecida como Fazenda Brasileira, localizada nos municípios de Ortigueira e Faxinal, estado do Paraná. Faz aproximadamente 6 anos que participo de formações e reuniões, nas quais faço parte organicamente, construindo novos debates sobre gênero e sexualidade e somando nos encontros das mulheres Sem Terra para combater o machismo e a homofobia.

Minha inserção no coletivo foi muito crucial desde as primeiras reuniões e encontros, quando me inteirei dos estudos e debates, que para mim foram de extrema importância, em que cada integrante ali parecia fazer parte de mim. Todos se expressavam com seu direito e lugar de fala. A primeira impressão foi estar em um mundo no qual todos estavam levantando uma pauta por um bem maior e pelo respeito à diversidade, aqueles que compõem a sigla LGBT. O Coletivo tem como base, portanto, fortalecer a luta da diversidade sexual e de gênero, ter tarefas e objetivos dentro do MST, fortalecendo a luta pelo fim de todas as opressões.

Em meio a tempestades de LGBTfobia, há uma chama de luta que se acende diante das pessoas que buscam por direitos e pelo direito à vida. Iniciei uma meta de vida muito cedo, onde me identifiquei como quem realmente sou. Desde criança minha luta já se fazia com muita brutalidade, talvez por não aceitar que as pessoas me chamassem de menina se dentro de mim já gritava a diferença. Estranho sim, realmente foi muito estranho, pois sempre me diziam o que era ser “normal”.

Meus pais sempre me apoiaram em tudo, no estudo, na prática de esportes que eu amava - principalmente o futebol -, nas escolhas das minhas roupas, e principalmente em aprender a trabalhar. Sempre ajudava meu pai na roça, nossa família plantava milho, feijão, melancia, entre outros alimentos. A nossa horta tinha quase tudo: cenoura, rabanete, cebolinha verde, salsinha, couve, entre outros. Levamos uma vida difícil, mas não nos permitimos passar fome. Tirando algumas vezes o que realmente faltava, minha mãe preparava o que tinha e assim fomos lutando, até conhecermos o MST.

Meu falecido pai foi quem teve a ideia de nos juntarmos ao MST. Eu não tinha ideia até então do que se tratava, a não ser o que já tinha visto na TV. Foi então que depois de mudarmos

para a cidade de Mauá, norte do Paraná, finalmente fomos para o acampamento. Confesso que não queria, tinha um pensamento diferente. Meus pais haviam acabado de escutar da minha própria boca sobre minha sexualidade, e por estar na cidade tinha encontrado pessoas iguais a mim, estava me sentindo melhor ali. No entanto, ao chegarmos ao acampamento, logo percebi que o espaço seria legal e divertido. Observei à minha volta, havia menos perigo e mais opção de vida para mim e para minha família.

Desde que passei a morar no acampamento, fiquei ainda mais curioso. Chegamos no mês de abril de 2013. Em maio do mesmo ano completei 16 anos de idade. Consegui me emancipar, realizei meu cadastro e assumi minhas responsabilidades. Estudava e também saía do acampamento para contribuir nas lutas, marchas e atos pela reforma agrária e justiça social.

Foi em uma dessas lutas que conheci o Coletivo LGBT Sem Terra e logo me encaixei completamente. A luta do MST pareceu fazer ainda mais sentido para mim, pois me senti no meio de pessoas com o mesmo propósito, buscando visibilidade, respeito, compreensão, uma vida melhor e mais justa, pois cada um de nós seres humanos sabemos de nossas particularidades.

Minha bagagem de conhecimentos aumenta a cada processo, estimulada ao longo do tempo pelo MST e pelo Coletivo LGBT Sem Terra. Ser transsexual, ser negro, ser Sem Terra é ser resistência. Me descobri trans com aproximadamente 18 anos de idade e me fortaleci diante das pessoas que se somaram junto ao Coletivo.

Recentemente me mudei para a cidade da Lapa-PR, passando a residir no “Assentamento Contestado”, no qual irei contribuir com a Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA), um espaço também importante para mim, um espaço do MST, que agrega mais do que conhecimento, pois dialoga com a sociedade sobre o modo de produção de alimentos saudáveis, assim como todos os espaços do MST.

#### 4.2 SUJEITXS DO COLETIVO SEM TERRA

Xs sujeitxs que compõem o Coletivo buscam compreender a si mesmos como seres humanos sempre em transformação e compreender a sociedade como um todo, trazendo para os debates suas lutas e conquistas, tornando-se autorxs de sua própria história, a cada dia se empoderando diante da sociedade sexista, homofóbica e racista. Ou seja, o objetivo do coletivo está em empoderar outrxs sujeitxs da reforma agrária em sua especificidade de gênero e sexual.

Podemos perceber a atuação do Coletivo dentro do MST começando com a inserção dxs participantes nas instâncias maiores, como direção, coordenação, frente de massa, saúde,

produção, educação, formação, juventude e outros. A partir das entrevistas realizadas, obtive alguns relatos sobre essa inserção:

*Participo há cerca de 2 a 3 anos, é difícil apontar com precisão pois o coletivo estava e ainda está em construção no interior do movimento, fui uns dos primeiros a engajar nas atividades enquanto LGBT Sem Terra no estado, e às vezes não se percebe o quanto está envolvido, ainda mais no período de nascimento. Percebo que não teve um momento em que eu “decidi” fazer parte do coletivo LGBT Sem Terra, as tarefas foram aparecendo, fui contribuindo e sendo conquistado por essa nova luta que desabrochava no MST. A primeiro momento me motivei pela possibilidade de discutir a Diversidade Sexual e de Gênero e enfrentar, com um viés político tão necessário, o preconceito e a discriminação com as LGBTs. No decorrer do processo fui percebendo a necessidade e real e estratégica do debate, e a possibilidade de discutir a Liberdade Sexual como parte indissociável da busca por emancipação humana. Toda a questão ainda tem suas especificidades, pois é promovido em um movimento camponês que defende a Reforma Agrária Popular. Resguardando as particularidades e complexidades de cada categoria, um projeto de ser humano e sociedade emancipados tal como proposto pelo MST, em que se descole uma da outra. Ambas carregam em si um caráter revolucionário que deve ser estrategicamente articulado, para que possamos, coletivamente, executar o funeral do capitalismo e do patriarcado. (V.O).*

O Coletivo possui formas próprias de organicidade e que dialogam com as práticas do MST. Os encontros de estudos e reuniões acontecem normalmente todo ano na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, região metropolitana de São Paulo, visando debater e avançar nas pautas do Coletivo. As discussões são feitas e levadas para as instâncias maiores para serem atendidas, conforme necessário. No relato abaixo, percebe-se a inserção dxs militantes do Coletivo em diferentes instâncias políticas, inclusive com outros movimentos e associações dxs LGBTs.

*Sou Dirigente Nacional do Coletivo LGBT do MST, integro a Direção Nacional do MST, sendo responsável em articular as reuniões do coletivo, com representação dos estados, contribuo na organização dos cursos de formação das LGBT nacional e nas regiões, responsável pela elaboração de materiais (cartilha, caderno) e faço relação política com as organizações LGBT, como ABGLT, ANTRA e outras... (A.M).*

O Coletivo está presente e estruturado em todas as regiões do Brasil e sua participação deve ser orgânica, ou seja, cada integrante do Coletivo deve ser integrante do MST e residir em assentamentos ou acampamentos, independentemente de sua atuação nos setores da base, mas principalmente, tem que fazer parte das tarefas e demandas, ou seja, atuar e ajudar nas tomadas de decisão da organicidade.

Diante do contexto histórico do Movimento LGBT, entende-se que desde seu surgimento, sua organização objetivou montar suas pautas e garantir o começo de uma nova história na qual a comunidade LGBT seja vista como parte da sociedade brasileira, tendo em vista que o Brasil é um dos países que mais mata LGBTs no mundo. De acordo com um recente levantamento da organização Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia, o Brasil registrou a ocorrência de 237 mortes violentas de LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em 2020. Foram 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%)<sup>6</sup>. De acordo com as estatísticas, a violência cresce muito a cada dia. Por este motivo, a luta dos LGBTs é para que nossas vidas sejam poupadas, e que nossos direitos sejam garantidos: direito à saúde, adoção, nome social, trabalho, moradia, educação, entre vários outros direitos que precisam avançar muito em termos de debate político.

Nesse sentido, a comunidade busca não só a visibilidade, mas fundamentalmente a garantia de direitos e proteção. No MST, o Coletivo LGBT busca dialogar com questões presentes na contemporaneidade e a partir de discussões que perpassam também o campo de estudos de gênero, como a questão do binarismo de gênero, já mencionado.

Percebe-se também que o elemento geracional se faz presente no avanço da pauta LGBT no MST. A juventude do MST tem discutido sua inserção no movimento, tendo em vista fazer parte das novas gerações do movimento, que já nasceram e cresceram dentro de uma estrutura mais consolidada. Assim, é importante pensar o Coletivo LGBT junto da atuação dos Coletivos de Juventude e seu engajamento nas lutas contra o racismo, o sexismo, a homofobia e a transfobia:

*Em 2015, na Bahia, entre os dias 05 e 08 de maio, o MST realizou sua Marcha Estadual com cerca de 3 mil marchantes mobilizados e, nesta ocasião, a juventude do MST construiu uma brigada de agitação e propaganda anti-homofobia, dentro da marcha; e no dia 28 de junho, Dia Internacional do orgulho LGBT, realizou-se na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF uma roda de conversa com a militância LGBT Sem Terra. Essas ações culminaram na realização em agosto de 2015 do I Seminário Nacional “O MST e a Diversidade Sexual”. Com 35 LGBT de 13 estados, durante o Seminário foi criado um Grupo de Estudo para aprofundar, formular, propor e tirar linhas para o debate interno a partir do seminário nacional, nos estados passa a realizar, rodas de conversas LGBT, intervenções através de místicas e sensibilização para o tema. O processo de criação do coletivo foi cumulativo, respeitando as instâncias e espaços organizativos do MST onde as LGBT já participavam, por isso chega à formulação oficial do Coletivo LGBT Sem Terra, no entanto agora com o coletivo constituído, é preciso*

---

<sup>6</sup> Ver os dados em: GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga (et al). Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia – 1. ed. – Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

*avançar na formação geral da militância, na luta contra o patriarcado e principalmente possibilitar que mais mulheres e homens trans possam integrar a organização, pois compreender as especificidades dessas identidades é um desafio, pois exige superar o binarismo.(A.M)*

De acordo com xs integrantes, o Coletivo LGBT tem como lema: “Lutar, resistir e produzir”. Nessas palavras, cada sujeito que compõe o Coletivo “ergue a bandeira e grita por reforma agrária, já que seguem em marcha rumo ao arco-íris, rumo a uma sociedade que seja socialmente igualitária e humanamente diferente”.

Aliado aos debates de gênero e sexualidade está a questão da interseccionalidade, isto é, a consideração das várias opressões que, articuladas, colaboram para a exclusão dxs sujeitxs LGBT do exercício de sua cidadania plena. Da mesma forma que a luta por reforma agrária popular vem realizando debates a respeito de como as opressões se articulam para a existência de uma sociedade desigual, o Coletivo LGBT entende que a identidade Sem Terra também tornou-se uma camada a mais na opressão interseccional, sobretudo em um momento histórico em que os movimentos sociais vêm sendo cada vez mais criminalizados.

Em 2019 o Coletivo LGBT Sem Terra do Paraná “tomou posse do facão”, que representa a luta Sem Terra. Juntamente com a Direção Estadual reafirmou sua luta pela Reforma Agrária e pelo respeito à diversidade. O evento ocorreu no final de 2019 na região norte do paraná, em Porecatu. Foi um momento importantíssimo para a organização do MST. Neste dia, a direção do movimento incorporou mais um membro, um sujeito LGBT, o que representou ainda mais visibilidade e reconhecimento para o Coletivo LGBT Sem Terra. Houve uma mística dos integrantes do Coletivo, mostrando a diversidade de gênero e a participação de cada um nos diferentes setores: Educação, Produção, Comunicação, entre outros. Também ocorreu a fala de um dirigente estadual, com palavras de respeito e incentivo. Foi um momento de suma importância, no qual a emoção tomou a todxs.

Foi importante para todos nós do Coletivo, pois já somos parte da luta, já nos colocávamos como sujeitxs fortes diante de tanta desigualdade social, mas a representação também faz parte e significa reafirmar a caminhada coletiva, como LGBTs e Sem Terra. Citei esse evento porque pra mim foi o mais marcante, no qual choramos de emoção ao ver todxs prestando atenção em nossas faces, nos acolhendo e nos dizendo o quão importante somos e que a emancipação humana é urgente e necessária.

Foto 1: “Posse do Facão”, 2019



Fonte: Wellington Lenon, 2019

Foto 2: “Posse do Facão”, 2019.



Fonte: Wellington Lenon, 2019

Os encontros, reuniões e outras atividades do Coletivo LGBT Sem Terra são anuais e também mensais e acontecem por região e também em diversos lugares dos estados. O objetivo

é debater as pautas da militância e melhorar o Coletivo, além de realizar o mapeamento das pessoas LGBT que estão nos acampamentos e assentamentos do MST.

Xs LGBTs são de todos os estados do Brasil, dessa forma alguns estão assentadxs e outrxs acampadxs, mas todxs na luta pela reforma agrária e justiça social, todxs construindo e se emancipando diante da formação que o MST proporciona. Nos encontros são realizadas diversas palestras sobre a saúde e bem-estar, leituras e estudos, além de noites culturais para se divertir um pouco, com apresentações de Drag Queens, desfiles, dança, entre outros. Também são realizadas sessões de filmes com temas LGBT e há espaços para o compartilhamento de histórias de vida, relatos sobre experiências pessoais em que se compartilham momentos de compreensão, acolhimento e alegria, haja vista que as políticas de promoção da saúde mental da população LGBT são bastante escassas e espaços como esse são bastante raros.

As pessoas que mencionei aqui são pessoas cheias de histórias, trabalhadorxs LGBT Sem Terra, Professorxs, Agricultorxs, Cabeleireirxs, Agrônomxs, são mães, amigxs, homens, mulheres, eles, elas, elus... seres humanos únicxs que fazem parte da luta e da história.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi fundamental em virtude do que foi mencionado, sobre as relações de gênero e sexualidade e seu desenvolvimento ao longo do tempo, portanto podemos entender a trajetória do Coletivo LGBT Sem Terra a partir dos desafios que o MST decidiu enfrentar para construir a visibilidade dessxs sujeitxs que, afinal, sempre estiveram ali e compõem os mesmos espaços de luta e construção.

Pela observação dos aspectos analisados, a busca por respeito e igualdade se dá por processos complexos, desde a compreensão de si mesmxx, saber que “sair do armário” é um ato político imenso, se construir e desconstruir diante de uma sociedade machista e cheia de ódio é ser de verdade, é ser forte, pois foi com muita luta que chegamos até aqui. Muitos morreram, derramaram seu sangue.

É por isso que hoje, buscando nossa visibilidade a cada dia, podemos romper com toda forma de opressão, com luta e amor, com justiça, igualdade, na construção dessa nova sociedade que queremos viver. Queremos respirar o ar puro e andar tranquilxs pelas ruas. Portanto, ser LGBT e ser Sem Terra é ter coragem de lutar todos os dias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FACCHINI, Regina. Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga (Et al.). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia** – 1. ed. – Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

RIBEIRO, Mayara Andrade. **Juventude Sem Terra: reflexões a partir do coletivo de juventude do acampamento Maila Sabrina, município de Ortigueira-PR** (TCC). Universidade Federal da Fronteira Sul, curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul-PR, 2021.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROLOFF, Aion (et all). O uso do “x” como marca de gênero no facebook®: uma análise sociolinguística. **Revista Versalete**, Curitiba, Vol. 3, nº 4, jan-jun, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila (2002). Do original: SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

*Título da Pesquisa: “A questão LGBT Sem Terra: um estudo a partir do coletivo LGBT no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”.*

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de trabalho de conclusão de curso (TCC) “*A questão LGBT Sem Terra: um estudo a partir do coletivo LGBT no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*”, desenvolvida por **Thaisson Rodrigues Campos**, discente de graduação no curso Interdisciplinar em Educação de Campo – Ciências Sociais e Humanas: Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Laranjeiras do Sul, sob orientação da Prof. Dra. Fernanda Marcon. O objetivo central do estudo é realizar uma análise da constituição do coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a partir de entrevistas online com algumas de suas lideranças/militantes e pesquisa em documentos e cartilhas do movimento.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder a perguntas do pesquisador por e-mail. As entrevistas poderão ser armazenadas por até 5 anos em arquivo pessoal, somente para fins de consulta do pesquisador.

Os benefícios relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa consistem na produção de uma importante documentação sobre a atuação do movimento LGBT e do MST na luta por igualdade de direitos e respeito à diversidade no campo. Como medida devolutiva à sua participação na pesquisa, será disponibilizado o TCC e outros artigos que possam ser publicados a todos os participantes.

A participação na pesquisa poderá causar riscos. Os riscos associados à pesquisa são os de constrangimento dos participantes na realização das entrevistas. Os riscos de constrangimento serão amenizados com a utilização de pseudônimos e informações claras sobre o sigilo e confidencialidade da pesquisa. Caso o constrangimento venha a ocorrer, a entrevista será cancelada sem danos para os participantes.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Laranjeiras do Sul, maio de 2019

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel: (43) 996377573 e-mail: thaisson.rofriguescampos6@gmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, Rodovia BR158  
Km 405, CEP 85301-970 – Laranjeiras do Sul- Paraná – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS – LICENCIATURA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

*“A questão LGBT Sem Terra: um estudo a partir do coletivo LGBT no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”.*

Estudante: Thaisson Rodrigues Campos

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fernanda Marcon

<b>PARTE 1 – IDENTIFICAÇÃO</b>
Nome completo:
Data de nascimento:
Local de nascimento:
Identificação de gênero:
Identificação étnico-racial:
Endereço:
Escolaridade:

<b>PARTE 2 – QUESTÕES DE APROFUNDAMENTO</b>
<p><i>Por favor, responda às perguntas abaixo com o máximo de detalhes possível, utilizando o espaço que julgar necessário (a tabela pode ser editada por você, caso precise de mais espaço para a resposta).</i></p>

<b>1. Há quanto tempo participa do coletivo LGBT? Por que decidiu fazer parte dele?</b>
<b>2. Quais atividades desenvolvem no coletivo?</b>
<b>3. Participa de palestras, formações? Pode citar algumas delas e quando e onde aconteceram/acontecem?</b>
<b>4. Como você avalia a importância da participação no coletivo para sua militância e sua vida?</b>
<b>5. Como você analisa que o MST percebe a atuação do coletivo?</b>
<b>6. Como você analisa o processo de constituição do coletivo dentro do MST? Descreva este processo, por favor.</b>
<b>7. Você poderia comentar de que maneira você entende a contribuição do coletivo para o MST e para o movimento LGBT em geral?</b>